

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

<i>Relação dos Membros dos Plenários da Gestão 2005-2007 - Presentes</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia Polícia Ambiental	André Luiz Pereira Leite Vianna Fernando Carlos Civolani
ABCON	Fernando Ariani Mangabeira Albernaz
AEAA da Região Bragantina	João Roberto Miranda
AME - Extrema	José Almeida das Chagas
ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes Alexandre Peranovich Hugo Marcos Piffer Leme Vanessa Cristina do Carmo Kühl
BRACELPA	Eduardo Lovo Paschoalotti
CETESB	Domênico Tremaroli Jorge Luis Silva Rocco
CIESP - Campinas	Mauro José lauro
CIESP - Jundiá	Roberto Polga
CIESP - Piracicaba	Homero Scarso
CODASP	Antonio Carlos Scomparim
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
DAE Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
DAEE	Luiz Roberto Moretti Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi
ELO Ambiental	Cláudia Grabher
Fórum Sociedades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
FUMEP	Walter Antonio Becari
Fundação Florestal	Cléa de Oliveira Márcia Calamari
GRUDE	Geraldo A. Baptista
IGAM-MG	Paulo Teodoro de Carvalho
P.M. de Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antonio Sacilotto
P.M. de Atibaia	Carlos Roberto Belani Gravina José Roberto Tricoli
P.M. de Bragança Paulista	Antonio Pádua Oliveira Mello
P.M. de Cabreúva	Cristiano Andreazza
P.M. de Camanducaia	Celio de Faria Santos
P.M. de Campinas	Hélio de Oliveira Santos Márcio Barbado
P.M. de Campo Limpo Paulista	Marilda de Moraes Ferreira
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Corumbataí	Lucilene de Aquino
P.M. de Cosmópolis	Celso Evangelista Martins
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira Sebastião Antonio Camargo Rossi
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Ruben Lopes Carvalho
P.M. de Indaiatuba	Lucidalva Luz dos Santos
P.M. de Itacemópolis	Denilson Grango
P.M. de Itatiba	José Roberto Fumach
P.M. de Itupeva	Francisco Adolfo de Arruda Fanchini
P.M. de Jaguariúna	Dimas Lúcio Pires
P.M. de Jarinú	Eduardo Zanoni
P.M. de Joanópolis	José Garcia da Costa
P.M. de Jundiá	Eduardo Pereira da Silva
P.M. de Limeira	Richard Drago Silvio Félix da Silva
P.M. de Louveira	Eleutério Bruno Malerba Filho
P.M. de Louveira	José Maria Drezza
P.M. de Mairiporã	Mario Sergio Romaro
P.M. de Mogi Mirim	Ademar de Barros
P.M. de Mombuca	José Roberto Carvalho dos Santos
P.M. de Monte Alegre do Sul	Vanderlei Jose Brolesi
P.M. de Monte Mor	Leonel Melichenco
P.M. de Morungaba	Luvaldo André Flaibam
P.M. de Nazaré Paulista	Antonio Carlos Kotzent
P.M. de Nova Odessa	Carlos Augusto dos Santos
P.M. de Pedreira	Hamilton Bernardes Junior José Moretti Neto
P.M. de Piracica	Gilmar Junho
P.M. de Piracicaba	Vlamir Augusto Schiavuzzo
P.M. de Rio das Pedras	Marco Antonio Montagnani
P.M. de Saltinho	Angelo Cesar Angeleli
P.M. de Salto	Laerte Zotti Jr.
P.M. de Santa Bárbara D'Oeste	José Maria de Araújo Júnior

	Regina Aparecida Ribeiro
P.M. de Santa Gertrudes	Valtimir Ribeirão
P.M. de Santa Maria da Serra	Andréa Jakubiki
P.M. de Santo Antonio de Posse	Simão P. Aguiar
P.M. de Socorro	José Mario de Faria Humberto Crivelaro
P.M. de Sumaré	José Antonio Bacchim
P.M. de Tuiuti	Percius Palomba
P.M. de Valinhos	Marcos José da Silva
P.M. de Vargem	Paulo Roberto Vargas Chede
P.M. de Várzea Paulista	Eduardo Tadeu Pereira
P.M. de Vinhedo	João Carlos Donato
Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando
Preservação	José Marco Antonio Pareja Cobo
SAA	Emílio Sakai Vicente Antonio Cancellero Filho
Secretaria Assistência Social	Ana Maria Leme da Silva Sampaio Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro Marcos César Prado
Secretaria de Economia	Afonso Castro Ester Aparecida Viana
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
Sindicato. Rural de Campinas	Andréia Collaço Klimionte
Sind. Rural de Extrema	José Aparecido Vivaqua
Sind. Rural de Jundiá	Wilson Agostinho Bonança
Sind. Rural de Limeira	João Aparecido Santarosa
Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sind. Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SinMec	Silvio Cesarino
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
SSE	Luiz Roberto Moretti

<i>Relação dos Membros das Organizações Cívicas, presentes, empossados para o Mandato 2007-2009</i>	
Entidade	Nome
ABCE	Fernando Celso Sedeh Padilha
ABCON	Enio Antonio Campana
AEAA	Danilo José Fanelli Luchiar
APABARPA/GRUDE	Geraldo A. Baptista
ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes Alexandre Peranovich Hugo Marcos Piffer Leme Nelson Lopez da Silva
CIESP - Jundiá	Roberto Polga
CIESP - Limeira	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP - Piracicaba	Homero Scarso
CIESP - Rio Claro	João Luiz Zaine
CIESP - Santa Bárbara D'Oeste	Silvia Helena Camargo
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
DAE Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
ELO Ambiental	Neje Bitar
FIESP	Anícia Aparecida Baptistello Pio
Fórum Sociedades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
Pingo D'Água	Marco Antonio Elias
Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando
Preservação	José Marco Antonio Pareja Cobo
PUC-Campinas	Antonio Carlos Demanboro
PUC-Campinas	Laura Machado de Melo Bueno
SABESP	José Alberto Galvão Ferro
Serras Verdes do Sul de Minas	Izabela Marques da Silva
SIESP	Marcelo Eduardo de Mattos
SIMESPI	José de Jesus Vaz
Sind. Rural de Campinas	Andréia Collaço Klimionte
Sind. Rural de Extrema	José Aparecido Vivaqua
Sind. Rural de Jundiá	Wilson Agostinho Bonança
Sind. Rural de Limeira	João Aparecido Santarosa
Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sind. Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
UNICA	André Elia Neto
VIVERE	João Roberto Miranda



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

<i>Relação dos Membros com ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
INEVAT	Francisco Moschini
P.M. de Rio Claro	Nevoeiro Junior
SRH-MMA	Márley Caetano de Mendonça

Aos 30 dias do mês de março de 2007, nas dependências do Hotel Nacional Inn, em Campinas/SP, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 197 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “*Relação dos Membros dos Plenários da Gestão 2005-2007 - Presentes*” e “*Relação dos Membros das Organizações Cíveis, presentes, empossados para o Mandato 2007-2009*” e do público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Rosa Maria Mancini (Coordenadora de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo); Paulo Teodoro (Diretor-geral do IGAM); José Machado (Diretor-presidente da ANA); José Roberto Tricoli (Prefeito de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Eduardo Paschoalotti (Vice-presidente dos Comitês PCJ); José Roberto Fumach (Prefeito de Itatiba e Presidente do Consórcio PCJ); Luiz Castrillon de Aquino (Presidente da SANASA), dentre outros convidados. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Moretti convidou a todos os componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos os presentes para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, foi passada a palavra aos componentes da mesa, iniciando-se pelo Prefeito de Campinas, município anfitrião, para as saudações iniciais. **2.1 Dr. Hélio de Oliveira Santos:** agradeceu a presença de todos; destacou a importância e o papel do Sr. José Machado na história da conservação das águas nas bacias PCJ e concluiu desejando uma boa reunião a todos. **2.2 Sra. Rosa Maria Mancini:** agradeceu ao convite e informou que a Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo passou para a Secretaria do Meio Ambiente e uma das suas atribuições é a de ampliar a visão de “recursos hídricos”, não estando limitada somente ao tema “água”. Informou, ainda, que o objetivo da Coordenadoria, além de manter os princípios da gestão, é também de fortalecê-la. **2.3 Sr. Paulo Teodoro:** falou sobre a satisfação de participar das reuniões do PCJ e sobre a expectativa do segundo ano da cobrança federal. Destacou que, apesar do Paraíba do Sul ter sido o pioneiro na cobrança federal, agora quem tem se destacado no cenário nacional, especificamente no assunto cobrança, são os Comitês

PCJ, o que tem voltado os olhares dos demais comitês para suas ações e atitudes. **2.4 Sr. José Roberto Fumach:** falou da satisfação do Consórcio PCJ estar atuando como entidade delegatária da Agência de Água. Propôs que os Comitês trabalhem nos próximos 2 anos para acelerar a aplicação dos recursos arrecadados, ressaltando que é esta a vontade dos prefeitos com quem tem conversado. **2.5 Sr. José Roberto Tricoli:** abriu mão da palavra para que os demais convidados pudessem ter mais espaço na solenidade de abertura. **2.6 Dr. José Machado:** cumprimentou a todos os componentes da mesa e demais presentes e agradeceu o convite em nome da Ministra Marina Silva e da diretoria da ANA. Destacou que a experiência do PCJ é “inquestionavelmente a experiência mais exitosa que temos na implementação da política nacional de recursos hídricos em todo país”. Falou do amadurecimento da região para esta questão e do pioneirismo daqueles que iniciaram o processo há 15 anos. Destacou que nas bacias PCJ todos os instrumentos de gestão foram implantados, representando a autonomia e sustentabilidade do PCJ, mostrando que não há mais risco de retrocesso. Falou da participação dos prefeitos e da importância política deles no processo de gestão. Falou que no Brasil existem cerca de 120 comitês, mas nenhum com a experiência e destaque que tem o PCJ. Pediu uma atenção especial da Sra. Rosa Mancini, coordenadora de recursos hídricos de São Paulo, para o caso do Comitê do Alto Tietê, que necessita implementar ações que minimizem a dependência daquela região em relação ao Sistema Cantareira. Citou sobre o relançamento do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, que, apesar de 2 anos inativo, está sendo retomado, sendo que além dos recursos orçamentários da ANA, busca-se implementar também recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Ressaltou que as bacias PCJ têm todos os pré-requisitos para a habilitação dos municípios no programa. **2.7 Assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Gestão:** em seguida foi assinado o 3º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e o Consórcio PCJ, visando ao exercício das funções da Agência de Água. Tal assinatura permite, imediatamente, um repasse no valor de R\$ 2,250 milhões da cobrança federal à Agência de Água PCJ. O Sr. Moretti lembrou a todos que o termo em questão foi aprovado pelos Plenários na reunião do dia 12/12/06, em Jundiá/SP. **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou que os trabalhos relacionados com a cobrança estadual paulista continuam em andamento, sendo que alguns fatores impediram a emissão dos boletos da cobrança, mas que tais impedimentos estavam sendo sanados, acrescentando que tal trabalho demandava muito tempo, uma vez que são mais de 2.000 usuários. Informou que



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

na última totalização preliminar dos valores, apurada com os maiores pagadores, os recursos a serem arrecadados serão da ordem de R\$ 11.720 milhões. Traçou um comparativo da arrecadação da cobrança federal (com cerca de 100 usuários), da ordem de R\$ 11 milhões, com a da cobrança estadual (com cerca de 2.000 usuários), da ordem de R\$ 11.720 milhões, ressaltando que essa discrepância dá-se ao fato de que as maiores captações (grandes usuários) estão localizadas em rios de domínio da União. **3.2. da Agência de Água:** O Sr. Francisco Lahóz falou sobre o relatório simplificado da Agência de Água PCJ que foi distribuído e sobre o lançamento do folder “de prestação de contas” do primeiro ano da cobrança federal. Falou sobre a ficha de inscrição para os cursos de capacitação 2007, cujo objetivo é gerar um banco de projetos regionais para o exercício 2008. **3.2. da Secretaria Executiva:** antes de devolver a palavra ao presidente dos Comitês PCJ para a continuidade da reunião, o Sr. Moretti informou que o quorum estava plenamente estabelecido e citou as entidades presentes. **4. Assuntos a Deliberar:** O Sr. Tricoli iniciou os trabalhos conforme pauta enviada a todos os membros dos Plenários. **4.1. Leitura e Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O presidente dos Comitês PCJ, Sr. Tricoli, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 12/12/06, abrindo a palavra para os presentes. Não havendo manifestações, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.2. Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 164/2007: “Aprova alteração no Estatuto do CBH-PCJ visando à adequação das nomenclaturas dos órgãos do Estado”:** O Sr. Tricoli colocou a minuta em processo de votação e não havendo nenhuma manifestação em contrario ou abstenção, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.3. Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 165/2007: “Encaminha indicação, feita pelo segmento ESTADO, dos seus representantes no Plenário do PCJ FEDERAL para o mandato 2007/2009”:** O Sr. Moretti explicou que os órgãos do governo do estado de São Paulo se reuniram no dia 28/03/07 para definirem as entidades que seriam indicadas pelo CBH-PCJ para compor o Plenário do PCJ FEDERAL, cujas indicações são: Secretaria de Saneamento e Energia; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria da Saúde. O Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação em processo de votação. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, a minuta da Deliberação CBH-PCJ nº 165/2007 foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.4. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 060/2007: “Referenda Atos do Presidente dos Comitês PCJ, tomados por meio de**

Deliberações “Ad Referendum”: O Sr. Moretti explicou que na deliberação de recursos da cobrança federal, exercício 2006, estavam hierarquizados vários empreendimentos na condição de suplentes, aguardando eventual disponibilidade de recursos. Como a inadimplência foi menor do que a prevista inicialmente, sobrou um saldo de recursos financeiros e, por meio da deliberação “Ad Referendum” nº 059/06, alguns destes empreendimentos foram indicados para contratação. Após a explanação, o Sr. Tricoli abriu a palavra para os Plenários e não havendo manifestação colocou a minuta de deliberação em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.5. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 061/2007: “Empossa representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil (Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civas) nos Plenários do PCJ FEDERAL e do CBH-PCJ.”:** O Sr. Moretti explicou que pelas dificuldades de participação dos atuais representantes dos órgãos da União, os órgãos federais estão revendo suas indicações e as encaminharão oportunamente. Mencionou os órgãos do governo do estado de São Paulo definidos no Estatuto do CBH-PCJ e as indicações para composição do Plenário do PCJ FEDERAL. Citou os órgãos do governo de Minas Gerais, que continuam os mesmos, sendo que as entidades já haviam se manifestado sobre os seus representantes. Relacionou as entidades das organizações civis que seriam empossadas, nos diversos setores, conforme apresentado na minuta. Feita a explanação, o Sr. Tricoli informou aos presentes sobre a manifestação da Associação do Meio Ambiente de Extrema – AME de não poder participar da Assembléia Setorial das Entidades Ambientistas, das Organizações Civas, realizada no dia 06/03/07, em Americana/SP, mas que manifestava, naquele ato, o desejo de continuar representando as entidades ambientalistas da porção mineira. Explicou também que aquela era a única entidade inscrita no processo, nesse segmento, e que o estado de Minas Gerais, por força do Regimento, necessitava ter representante no Plenário do PCJ FEDERAL. Colocou em votação sobre o aceite do pedido da entidade e, não havendo manifestações contrárias, o pedido da entidade foi acatado. Vencida esta etapa, o Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.6. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 062/2007: “Inclui ação, no PDC 6, nas Metas de Curto Prazo do Plano das Bacias PCJ 2004/2007”:** O Sr. Moretti explicou que o representante da SABESP, e coordenador do Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacias 2004/2007, pediu que fosse incluído um item no Plano de Bacias PCJ 2004/2007 visando à possibilidade de financiamento de obras de conclusão da barragem do Jundiá-Mirim. O assunto tramitou na



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

220 Câmara Técnica do Plano de Bacias, que aprovou a
mudança pleiteada. Passou, também com aprovação
pela Câmara Técnica de Planejamento, e que estava ali
para apreciação dos Plenários. O Sr. Tricoli abriu a
palavra aos Plenários e não havendo manifestação, a
225 minuta de deliberação foi aprovada com 1 (um) voto
contrário e 1 (uma) abstenção. **4.7. Minuta de
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 063/2007:
“Hierarquiza e indica empreendimentos para
financiamento com recursos oriundos do Fundo
230 Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO e das
cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de
domínio da União e do Estado de São Paulo
localizados nas bacias PCJ – Cobranças PCJ,
referentes ao exercício de 2007, e dá outras
235 providências.”:** O Sr. Tricoli abriu a palavra aos
Plenários para manifestações sobre a minuta em
questão. **4.7.1. Campo Limpo Paulista:** a
representante do município, Sra. Marilda Moraes,
explicou os motivos pelo qual seu projeto foi
240 indeferido, explicando que o nível de detalhamento
exigido não estava disponível naquele momento,
alegando que o projeto era de vital importância para um
trabalho integrado com os demais municípios daquela
bacia. O Sr. Moretti explicou os trâmites para todos os
245 projetos, com as atribuições de cada grupo de trabalho,
informando que, em todas as instâncias o entendimento
havia sido o mesmo: a falta de elementos técnicos para
uma análise mais apurada, motivando o indeferimento.
Em réplica, a Sra. Marilda pediu ao Sr. Tricoli que seu
250 projeto fosse colocado, então, na última posição da
tabela de suplentes. O Sr. Tricoli colocou em votação se
os membros concordavam com a manifestação
apresentada pela CT-PL. A proposta colocada em
votação foi acatada pelos Plenários com 1 (um) voto
255 contrário e 2 (duas) abstenções, sendo rejeitado o
pedido da P. M. de Campo Limpo Paulista. **4.7.2.
CPTI:** o representante da entidade, Sr. Jorge, pede
explicações sobre o fato de seu empreendimento ter
sido indeferido, mas constar da ficha de pré-análise
260 como deferido. O sr. Moretti explicou que o
deferimento deu-se no âmbito da câmara técnica que
analisou o projeto, sendo observado somente a
viabilidade e relevância do pleito. Quando o pedido foi
para a análise da Secretaria Executiva e do GT-
265 Pontuação, ambos observaram que o pleito não
enquadrava-se nas ações de curto prazo do plano de
bacias, motivo do indeferimento. O Sr. Jorge acatou as
explicações e entendeu não haver necessidade de
encaminhamento de votação. **4.7.3. P. M. de Sumaré:**
270 o Sr. Tricoli expôs aos presentes que, após conversar
com o Prefeito Bacchim, chegaram ao entendimento de
que o empreendimento da Prefeitura de Sumaré não
completou todas as exigências para a indicação, e que
estava sendo retirado da hierarquização proposta pela
275 CT-PL. O Sr. Moretti explicou que, diante da retirada do

empreendimento de Sumaré, o 1º empreendimento
classificado como suplente seria indicado, no caso, o
empreendimento da Prefeitura de Capivari. Após
verificar que os recursos seriam suficientes para atender
280 somente o 3º suplente, o Sr. Moretti informou aos
presentes que o procedimento seria consultar o 1º
suplente (P.M. de Capivari) e o 2º suplente (DAE
Americana) se eles abririam mão da indicação, naquele
momento, para a indicação do 3º suplente (SAAE
285 Cordeirópolis). Em manifestação, o representante do
DAE Americana propôs que se aguardasse a
disponibilidade de novos recursos para que as
indicações seguissem a ordem de hierarquização. O
representante do SAAE de Cordeirópolis propôs que o
290 DAE Americana revisse sua posição, e com isso o
dinheiro não ficasse parado. O Sr. Marco Pareja
manifestou-se em apoio ao SAAE de Cordeirópolis,
considerando que se o mesmo fosse contemplado
naquela ocasião, seria um belo exemplo de cidadania
295 dado pelo DAE Americana. O Sr. Tricoli informou que
os recursos que seriam repassados ao empreendimento
de Sumaré seriam advindos da cobrança estadual e que
ainda não estavam disponíveis, portanto, não ficaria
“parado” com a posição do DAE Americana e entendeu
300 que seria melhor manter a hierarquização da CT-PL e
fazer a indicação dos suplentes conforme a ordem
apresentada e de acordo com a disponibilidade dos
recursos. Não havendo mais manifestações dos
Plenários, o Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação
305 em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.7.4.
Entrega de kits “Caminhos das Águas”:** o Dr. José
Machado solicitou a interrupção da reunião para
formalizar a entrega de 2 kits do Projeto “Caminho das
Águas”, sendo um para os Comitês PCJ e outro para o
310 Consórcio PCJ. Explicou que o trabalho foi uma
parceria da Agência Nacional de Águas com a
Fundação Roberto Marinho, e visa capacitar professores
da rede pública de ensino e fomentar a idéia e o
conceito de educação ambiental nas crianças. Informou,
315 ainda, que a intenção da ANA é atrair o máximo de
parceiros possível para que o projeto tenha uma grande
abrangência. Após a entrega dos kits, o Dr. Machado
agradeceu a todos e retirou-se da reunião. O Sr. Tricoli
sugeriu que o assunto fosse encaminhado à CT-PL para
320 providências. O Sr. Moretti sugeriu a elaboração de
uma deliberação, encaminhando o assunto para que a
CT-EA presente, na próxima reunião ordinária dos
Comitês, um plano de divulgação do programa na área
do PCJ, contendo abrangência, distribuição, custos de
325 investimento, origem dos recursos e tomador para a
obtenção dos recursos. **4.8. Minuta de Deliberação
Conjunta dos Comitês PCJ nº 064/2007: “Prioriza a
divulgação do programa “Caminho das Águas” no
âmbito das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba,
330 Capivari e Jundiá e dá outras providências.”:** O Sr.
Tricoli considerou a proposta do Sr. Moretti, e propôs



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

aos Plenários delegar à Secretaria Executiva a elaboração de uma deliberação nos termos colocados e aprovação de tal deliberação naquele momento.

335 Colocou em votação a proposta apresentada e não havendo manifestações do plenário, a mesma foi aprovada por unanimidade. **4.9. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 065/2007: “Elege e empossa dirigentes dos Comitês PCJ; define representantes dos municípios no CRH e CONESAN; indica representantes dos Comitês PCJ no Fórum Paulista de Comitês de Bacias; indica os representantes para compor a CT-PL, para o mandato 2007/2009, e dá outras providências.”:** O Sr. Moretti iniciou a explanação informando a forma de escolha dos representantes citados na minuta de deliberação. Falou sobre o processo de implantação do PCJ FEDERAL e sua integração com o CBH-PCJ. Falou sobre a necessidade de definir a composição das Diretorias, sobre qual segmento ocupar qual cargo. Explicou que, apesar de não existir essa especificação no Estatuto e no Regimento, historicamente o CBH-PCJ adotou: a presidência com um representante dos municípios; a vice-presidente com um representante da sociedade civil e a secretaria executiva exercida por um órgão do governo do estado de São Paulo. No caso do PCJ FEDERAL, para manter-se essa integração, adotou-se desde a sua implantação: a presidência com um representante dos municípios; a 1ª vice-presidência com um representante da sociedade civil; a 2ª vice-presidência com um representante dos municípios mineiros; a 3ª vice-presidência com um representante dos órgãos federais e a secretaria executiva exercida por um órgão do governo do estado de São Paulo. Após a explicação, o Sr. Tricoli colocou em votação a continuidade da unificação das Diretorias dos Comitês PCJ. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Sr. Geraldo Baptista justificou o voto informando que, apesar de votar a favor da proposta, a entidade que ele representa é favorável à separação dos Comitês para que haja uma maior participação da sociedade civil. Em seguida o Sr. Tricoli colocou em votação a proposta de manutenção da distribuição dos cargos das Diretorias, conforme vem sendo feito desde a instalação dos Comitês. Não havendo manifestações, a proposta de continuidade também foi aprovada por unanimidade. Definidas estas questões, a reunião foi suspensa temporariamente para que os segmentos municípios; órgãos de governo e organizações civis se reunissem em salas separadas para procederem a suas escolhas. Após o término das reuniões dos segmentos, os Plenários foram recompostos para a divulgação das decisões tomadas pelos representantes. O Sr. Moretti informou os resultados das eleições. O Sr. Tricoli abriu a palavra para a manifestação dos Plenários. O Sr. Geraldo Baptista manifestou-se protestando contra a

votação ocorrida no setor dos usuários, considerando que os representantes do setor hidroviário, turismo, lazer e outros usos foi preterido no processo de escolha dos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Continuou argumentando que houvera entendimento de que seria um representante de cada segmento, pois havia 6 vagas e 5 segmentos para preenchê-la, mas que, na hora da votação, o segmento hidroviário, turístico e outros usos simplesmente foi tirado de fora porque os demais segmentos acordaram que seria interessante para a agricultura, para a indústria se comporem para ocuparem esta vaga. Acrescentou que, no seu entendimento, nos Comitês PCJ deve haver a representatividade da sociedade como um todo. Assim, afirmou que, caso não consiga a vaga de seu segmento na CT-PL, deverá pleiteá-la na justiça, considerando que, se isto ocorrer, tal fato será “uma mácula” para os Comitês PCJ. Encerrou sua fala agradecendo a oportunidade de se manifestar. Diante da manifestação, o Sr. Tricoli solicitou ao Sr. Geraldo que esclarecesse melhor sua solicitação e que encaminhasse ao Plenário seu pedido. Como resposta, o Sr. Geraldo esclareceu que o que estava pedindo é para que a plenária reveja a decisão tomada na reunião setorial dos usuários dos recursos hídricos incluindo a representação da entidade que ele representa: o GRUDE. Após a manifestação, o Sr. Tricoli explicou que, apesar de sua indignação, considerava como bom senso que os Plenários homologassem o resultado das eleições e que, posteriormente, o Sr. Geraldo formalizasse um recurso para que fossem apurados eventuais excessos ou quebra de regulamentos. Sobre o assunto, também se manifestaram: Sr. Eduardo Paschoalotti: informando que para a composição da CT-PL foram montadas chapas e os membros presentes votaram nas chapas compostas; acrescentando que considera que o processo foi democrático, feito às claras, sem artifícios, mas que, quando há votação, sempre existiram aqueles que ganham e outros que não ganham; Sr. Wilson Bonança: manifestou-se dizendo que considera como princípio basilar de democracia a composição de diversidade, a negociação e o voto, complementando que foi exatamente o que ocorreu na sala da reunião da sociedade civil. Acrescentou dizendo que houve uma composição de diferentes forças, de diferentes interesses, sendo democraticamente compostas 4 chapas, sem nenhum cerceamento, sendo colocadas em votação, de maneira regular, sem vício, e todos puderam se manifestar livremente escolhendo uma das chapas. Concluiu dizendo que esse foi o processo límpido que aconteceu: os segmentos que tinham interesses comuns se compuseram, não vendo nenhum vício legal, nem ético e nem moral e que, como representante do setor da agricultura e um dos que participou da negociação e da votação, considera que houve negociação para chegar nessa composição final,



Ata da 7ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Campinas/SP, em 30/03/07

445 havendo “vencedores e vencidos”, como acontece em
qualquer democracia, e que “não houve, em momento
algum, ilegalidade.”; Sr. Homero Scarso:
complementou informando que foram colocadas 4
450 chapas em votação e que a proposta vencedora teve 15
votos; contra um voto para duas das outras e a quarta
proposta não teve votos. Acrescentou que houve toda
uma tentativa de se chegar num consenso e como todo
processo houve uma proposta vencedora e as outras que
não venceram. Após as manifestações, o Sr. Ruben
Carvalho manifestou-se dizendo que considera que o
455 processo de escolha em discussão foi muito limpo, e
sugeriu à presidência que colocasse em votação a
composição aprovada na reunião dos usuários de
recursos hídricos. Após tais manifestações, o Sr. Tricoli
entendeu que os Plenários tinham condições de
460 deliberar sobre o assunto, pois as manifestações dos
representantes das entidades das organizações civis que
estavam presentes na reunião setorial permitiam essa
tomada de decisão. Como primeira decisão, colocou em
votação se os membros dos Plenários aprovavam os
465 critérios utilizados nas eleições setoriais. Foram
registrados 0 (zero) votos contrários e 1 (uma)
abstenção, do Sr. Geraldo, sendo, portanto, aprovado
pelos Plenários o processo eleitoral das reuniões
setoriais. Concluída esta etapa, o Sr. Tricoli colocou em
470 votação a minuta de deliberação apresentada,
devidamente preenchida com os resultados das eleições
dos segmentos municípios, organizações civis e órgãos

de governo, para os cargos e funções definidas na
minuta da deliberação. Não havendo nenhum voto
475 contrário e nenhuma abstenção, a minuta de deliberação
foi aprovada por unanimidade, sendo eleito para a
Diretoria dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ
FEDERAL): Presidente: Prefeito de Atibaia, Sr. José
Roberto Tricoli; Vice-presidente, representando o
480 CIESP de Limeira, Sr. Eduardo Lovo Paschoalotti;
Secretário-executivo, representante da Secretaria de
Estado de Saneamento e Energia, Sr. Luiz Roberto
Moretti, e 1º Vice-presidente, Prefeito de extrema, Sr.
Sebastião Antonio Camargo Rossi. O terceiro Vice-
485 presidente, representante do Governo Federal, deverá
ser indicado posteriormente. **5. Outros Assuntos e
encerramento:** O Sr. Tricoli passou a palavra para o
Sr. Luiz Aquino para as considerações finais. O Sr.
Luiz Aquino destacou a importância do trabalho
490 realizado pelos Comitês, uma vez que morrem no
mundo, por problemas de saneamento, mais de
1.700.000 pessoas por ano. Citou também o envio de
água da Turquia para Israel, por navios. Solicitou que
no mandato que se inicia, os membros dos Comitês
495 tenham isso em mente, ressaltando que, com a falta de
água e de saneamento, as mais penalizadas são as
crianças. Após a manifestação do Sr. Luiz Aquino, o Sr.
Tricoli destacou a importância das informações citadas,
destacando que esta é uma das missões dos Comitês.
500 Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Publicada no Diário Oficial do Estado em 21/08/07